

BRASÍLIA-DF – 15/05/2018

Reforma Trabalhista gera desemprego e impede acesso à Justiça, dizem debatedores



A Reforma Trabalhista impede o acesso do trabalhador à Justiça, além de gerar desemprego e trabalho análogo à escravidão. Essa avaliação foi consensual entre os participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta segunda-feira (14). A Lei 13.467/17 completou, na última sexta-feira (11), 6 meses em vigor.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que solicitou o debate, disse que a reforma representa o contrário do que foi divulgado para conseguir sua aprovação no Congresso. “Essa reforma é um vexame, pois funciona na contramão do que eles anunciaram. Aumenta o desemprego e a informalidade, além de reduzir a massa salarial”, enfatizou Paim durante a audiência.

Justiça trabalhista

O procurador Regional do Trabalho e coordenador nacional da Coordenadoria de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Paulo Vieira, informou que a Reforma Trabalhista gerou redução de cerca de 50% dos processos de trabalho, porém restringe o acesso do trabalhador à Justiça. “Reduzir o número de processos é o objetivo de qualquer país civilizado. Esse objetivo só é positivo quando ele é alcançado pela evolução social a partir do cumprimento espontâneo da lei. Porém, quando isso vem através da vedação de acesso à Justiça e do impedimento da busca à reparação dos danos sofridos, principalmente dos mais pobres, é um retrocesso social, é um ato de opressão e de impedimento da plena cidadania para o trabalhador”, ressaltou.

Para Paulo Vieira, existe uma alta rotatividade no mercado de trabalho. O Brasil, segundo ele, tem por ano um número que oscila entre 20 e 25 milhões de desligamentos de trabalhadores e, de cada 100 desligamentos, 85 casos não geram processo trabalhista, pois as partes se entendem.

Segundo Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Cesit/Unicamp), a reforma está dando legitimidade e espaço para ampliar as formas de contratação e as jornadas de trabalho de maneira a prejudicar o trabalhador. “Conforme balanço do Ministério do Trabalho, nos últimos 6 meses, foram registrados 223 instrumentos, entre acordos, convenções coletivas e termos aditivos, tratando da Reforma Trabalhista.”

Informalidade

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dezembro do ano passado, a população ocupada era de 92,1 milhões de brasileiros e os trabalhadores informais (sem carteira ou trabalho por conta própria) representavam 37,1% do total, ou 34,2 milhões, superando o contingente formal, que somava 33,3 milhões. De acordo com o instituto, foi a primeira vez na história que o número de trabalhadores sem carteira assinada superou o conjunto de empregados formais.

O procurador Paulo Vieira comentou esses dados e acrescentou que a Reforma Trabalhista previa geração de mais de seis milhões de empregos. Porém, observou ele, hoje, o Brasil conta com 1,3% de desemprego a mais do que o último trimestre do ano de 2017, o que significa 1,5 milhão a mais de pessoas desempregadas.

“As previsões do PIB já foram revistas para baixo. O ex-presidente do Banco Central divulgou um estudo recente de que o PIB baixo é reflexo do trabalho informal. As pessoas só compram quando têm uma previsibilidade de renda.”

(DIAP)

Igualdade salarial aumentaria PIB em 3,3%, diz Banco Mundial



A redução da diferença salarial entre homens e mulheres poderia aumentar o Produto Interno Bruto (PIB – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – em 3,3%, o equivalente a R\$ 382 bilhões. A conclusão é do estudo Mulheres, Empresas e o Direito 2018: Igualdade de Gênero e inclusão econômica, divulgado ontem (14) pelo Banco Mundial, na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na Agência Brasil

O trabalho Mulheres, Empresas e o Direito, que analisou o impacto da legislação na inclusão econômica das mulheres, foi desenvolvido para estimular reformas legislativas e adoção de políticas públicas que promovam maior igualdade de gênero. Em sua 5ª edição, o documento incluiu mais 16 países em seu universo, passando a analisar 189 economias em todo o mundo. O relatório constatou que, no Brasil, apesar dos avanços obtidos nos últimos 10 anos, “ainda há leis que impedem a plena participação econômica das mulheres”. O relatório do Banco Mundial passa a atribuir pontuação, que vai de zero a 100, em sete principais eixos da economia: acesso às instituições, uso de propriedade, acesso ao emprego, incentivo ao trabalho, acesso aos tribunais, acesso ao crédito e proteção da mulher contra a violência.

Para caso do Brasil, foram destacados como pontos fortes o fato de não haver limitações à capacidade jurídica das mulheres, ou à

liberdade de movimento, ou de direitos iguais à propriedade e herança que possam afetar sua inclusão econômica.

Em contrapartida, o documento destaca como pontos fracos a lei não prever licença parental, igualdade de remuneração para o trabalho masculino e feminino, trabalho dos pais em regime flexível, discriminação com base no gênero ou no estado civil no acesso ao crédito. Segundo o relatório, isso “desfavorece o empreendedorismo feminino”.

Lacunas

Para a especialista em gênero do Banco Mundial, Paula Tavares, que apresentou o documento e participou de debate com professores da FGV ligados ao tema e estudiosos do assunto, não foram vistos grandes avanços no país nestes últimos dez anos.

Paula Tavares disse que há algumas lacunas que precisam serem equacionadas. “No Brasil, há lacunas que observamos e que são bastante importantes. Uma delas é a questão das cotas. O Brasil até hoje não possui cotas, por exemplo, para conselho de administração de empresas privadas”. “Recentemente, o país adotou uma legislação tratando das cotas para empresas públicas, mas nós fazemos uma avaliação de como isso afeta as mulheres nas empresas privadas. Além disso, não existe um sistema de licença parental que permita melhor distribuição das responsabilidades entre os pais em relação à criação dos filhos. Outra área que nós analisamos, e que o Brasil ainda não visualizou, é a questão da aposentadoria”.

Segundo a especialista, a reforma da Previdência em andamento poderia igualar a idade da aposentadoria, “uma vez que a adoção de idades diferentes, ao contrário do que muitos pensam, é prejudicial à mulher – seja do ponto de vista do desenvolvimento de sua ascensão profissional, seja do ponto de vista de sua remuneração quando da aposentadoria”.

Abismo racial

Para Paula Tavares, a questão das diferenças salariais, do ponto de vista do gênero, torna-se ainda mais grave quando a questão é analisada sob o ponto de vista racial, caso em que a mulher se torna “ainda mais vulnerável”. “Entendo que em todos os países do mundo, e principalmente no Brasil, a questão da raça ainda é um elemento que torna a mulher mais vulnerável. No Brasil, por exemplo, a renda média da mulher é equivalente a cerca de 75% da renda do homem para cargos equivalentes. Mas, no caso da mulher negra, essa diferença aumenta e chega a 50% do salário dos homens. Há uma necessidade importante de lidar com essa questão”, ressaltou.

A especialista do Banco Mundial lembrou que apenas 8% das mulheres ocupam cargos de lideranças nas empresas do país, principalmente quando os cargos são no setor de administração - que é o mais alto posto. “Uma das medidas para combater essa questão seria a adoção de cotas. No Canadá, por exemplo, há cinco anos foi adotada essa medida, para fomentar a participação das mulheres nos conselhos das empresas e, em mais ou menos quatro anos, o país conseguiu aumentar a participação de 18% para 25%.”

(DIAP)

MG: Fettrominas elege nova diretoria



O pleito foi coordenado pelo presidente da NCST/MG, Geraldo Gonçalves.

Foi eleita e empossada no última sexta-feira (11/05), a nova diretoria da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Minas Gerais (**Fettrominas**). O presidente do Sindicato dos Rodoviários de BH, Ronaldo Batista, será o responsável por liderar a gestão que terá a missão de dar prosseguimento ao legado deixado por Antônio da Costa Miranda, ex-presidente da Nova Central Minas e, a partir de julho, da Fettrominas.

O pleito foi coordenado pelo presidente da NCST/MG, Geraldo Gonçalves. Durante o ato de posse Gonçalves ressaltou a importância de coesão e unidade dos sindicatos durante o processo eleitoral. “Independentemente das aspirações políticas de cada um, o que prevaleceu para que tivéssemos apenas uma chapa foi o interesse coletivo. Todos chegaram à mesma conclusão para que o propósito final atendesse ao melhor para a federação”, afirmou.

A nova diretoria ficará a frente da Fettrominas até 2023. Entre os principais desafios estão a manutenção e fortalecimento das entidades sindicais, bem como a conquista de novos benefícios para a categoria.

(NCST/MG)

SE: Presidente da NCST apoia a compra da sede própria do Sinpol Sergipe



O Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Sergipe – **Sinpol Sergipe** acaba de realizar mais uma grande conquista, ao adquirir a sua própria sede administrativa, um anseio de muitos anos e que

acontece somente agora, no aniversário de 28 anos de fundação.

O presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - **NCST** em Sergipe, Luís Borges de Lima, apoiou a compra da do imóvel e esteve junto com os demais diretores sindicais elencando vários imóveis e escolhendo o que melhor se adequasse para abrigar, definitivamente, a tão sonhada sede administrativa.

O Sinpol Sergipe completa de 28 anos de fundação no dia 30 de maio e, até então, funcionava em imóveis alugados. As tratativas para a compra da sede própria do sindicato vinha avançando ao longo do tempo, sempre com o apoio da NCST e, agora, foi encontrado o momento mais oportuno, com um excelente custo-benefício.

A casa está localizada na Rua Professor Miguel Rezende, 72, Jardim Atlântico, Bairro Atalaia, zona de belas praias, e possui uma área total de 1.000 metros quadrados. Possui sala principal, duas salas de espera, cinco salas para atividades administrativas (sendo quatro suítes), varandas laterais, espaço destinado a alojamento (hotel de trânsito), assim como ocorre em outros sindicatos no Brasil, e garagem para oito carros. "O que nós temos agora é o sentimento do dever cumprido, ao adquirir uma sede que até então diretorias anteriores não haviam conseguido. A compra deste imóvel é muito importante para a categoria, pois não pagaremos mais alugueis, além do que, o espaço poderá ser utilizado para pequenos e médios eventos" – disse o presidente do NCST, Luís Borges de Lima.

(NCST/SE)

Saiba como o 'Pacote do Veneno' pode piorar a sua vida



Ninguém mais quer os agrotóxicos cancerígenos. Mesmo assim, os políticos financiados pelos fabricantes, que querem vender mais, pretendem aprovar um conjunto de leis que vai piorar a vida de todos

No mundo inteiro ninguém mais quer saber de agrotóxicos. Tanto que muitos países vêm restringindo o uso, proibindo diversos produtos e dando prazo para o banimento de muitos outros. A França vai banir o glifosato, o mais vendido no planeta, porque pesquisas confiáveis mostram que a substância é causadora de vários tipos de câncer. Fora outras doenças graves. Os brasileiros também não querem mais.

A procura por alimentos orgânicos é crescente e o consumo só não é

maior porque a oferta ainda é pequena. Com poucas feiras, a maioria localizada em regiões mais nobres, e o preço maior que os comuns nos supermercados, a comida saudável, livre de venenos, ainda é coisa de elite. Outra demonstração do repúdio aos agroquímicos é a coleta de 100 mil assinaturas em apenas uma semana por meio da plataforma digital #ChegaDeAgrotóxicos.

Como muitos países estão banindo esses produtos, os fabricantes querem aumentar as vendas no Brasil, que é o maior mercado consumidor. Para isso, encomendaram aos políticos financiados por eles a revogação da legislação atual e a aprovação de uma nova, desenhada para facilitar o registro de novos produtos, inclusive perigosos e proibidos em outros países, aumentando assim as vendas.

Essa mudança será por um conjunto de 27 projetos de Lei pensados, que ganhou o apelido de "Pacote do Veneno", e que acabou compilado em um substitutivo do deputado ruralista Luiz Nishimori (PR-PR), relator da comissão especial criada para analisar os projetos. O substitutivo deve ser votado nesta quarta-feira (16), em reunião da comissão, onde os ruralistas são maioria. Se for aprovado, segue para o plenário, com enormes chances de aprovação. A bancada ruralista, diretamente interessada, é maioria também no Congresso.



Mais venenos

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Se fosse dividir o total consumido pelo número de habitantes, daria perto de sete litros para cada um todo ano. A tendência é de aumentar muito mais esse consumo, já que todas as regras serão modificadas justamente para acelerar o registro e aumentar as vendas. O pacote permite a aprovação de novos produtos com base em estudos realizados em outros países, apesar das diferenças entre as condições ambientais. Por outro lado, não proíbe aqui o que foi proibido em outros países. Por mais liberdade de ação, o pacote retira o Ministério do Meio Ambiente e o da Saúde, por meio do Ibama e da Anvisa, da edição ou propositura de normas, inclusive o processo de reavaliação. Tudo isso passa a ser controlado pelo Ministério da Agricultura, cujo ministro, Blairo Maggi, é autor de um dos projetos de lei que compõem o pacote. A avaliação sobre questões toxicológicas e ecotoxicológicas e o monitoramento da quantidade de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, também deixam de ser responsabilidade da Anvisa. Se atualmente a quantidade de resíduos encontrada já é muito maior do que a permitida por lei, imagine quando o país aumentar ainda mais o uso desses produtos.

Mais intoxicações

A ausência da Anvisa em processos de avaliação e reavaliação toxicológica, e a possibilidade de registro e comercialização de produtos ainda mais perigosos devem aumentar o risco de populações de trabalhadores da agricultura. Moradores de áreas rurais, alunos de escolas rurais pulverizadas, animais, todos estarão ainda mais expostos. Mesmo na cidade, serão afetados consumidores de água contaminada e de alimentos banhados com esses produtos.

Futuro intoxicado

A saúde de futuras gerações estará seriamente comprometida. Muitas crianças serão envenenadas, inclusive aquelas que ainda nem nasceram. No útero de suas mães já estarão recebendo partículas de agrotóxicos, principalmente agricultoras. Isso porque o trabalho de gestantes em ambientes insalubres, como em meio a pulverizações, passaram a ser permitidos pela reforma trabalhista do governo de Michel Temer, que agora trabalha pela aprovação do pacote.

Perigo ocultado

O perigo dos agrotóxicos será escondido da população, conforme o pacote. Mudanças na rotulagem deverão excluir a caveira, que mesmo crianças e pessoas sem leitura conseguem associar à ideia de um produto perigoso e mortal. E o nome agrotóxico, que consta inclusive da Constituição federal, será substituído por “defensivo fitossanitário”. Um nome pomposo para tentar esconder a toxicidade é uma característica inerente à grande maioria dos produtos destinados ao controle de pragas. Com esses produtos altamente tóxicos passando a ser tratados como meros insumos agrícolas, a perspectiva é de, no mínimo, o aumento de ingestões acidentais de substâncias altamente perigosas e mortais.

Trabalho mortal

A mistura de diversos produtos tóxicos – a chamada calda – que é feita hoje em diversas propriedades à revelia da lei, será legalizada. O grande problema é que a mistura de determinadas composições químicas pode resultar em novas formulações que não foram testadas pelos órgãos reguladores. É possível que os trabalhadores sejam expostos a altos graus de toxidade não identificados, o que viola o princípio da precaução.



Nefasto

O pacote propõe a avaliação do risco pelas próprias empresas interessadas no registro de agrotóxicos que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, que provoquem distúrbios hormonais ou danos ao aparelho reprodutor. Isso é praticamente o mesmo que dizer que será permitido o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins mesmo que contenham substâncias que, segundo estudos, têm capacidade de causar mutações celulares que levam a malformações fetais e câncer. Pela lei atual, a “identificação do perigo” em causar mutações e câncer é

suficiente para impedir o registro. A exposição aos agrotóxicos causa ainda intoxicações agudas e crônicas, que levam à infertilidade, impotência sexual, aborto, danos ao sistema nervoso central, como distúrbios cognitivos e comportamentais, e desregulação hormonal com impacto no crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Vida em risco

O meio ambiente também será duramente afetado. O aumento do uso de agrotóxicos tem levado ao desaparecimento de abelhas, que participam da polinização de mais de 70% das espécies vegetais. Sem abelhas, a reprodução da flora e a produção de alimentos são duramente prejudicadas. O pacote não define os fundamentos do gerenciamento de risco, como mitigação e controle. Essa prevalência do interesse econômico ou político em detrimento da segurança ao ser humano e ao meio ambiente contraria a Constituição, segundo a qual é do Poder Público o exercício do controle sobre a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente. Ou seja, o controle desses produtos pelo Poder Público deve ter por finalidade primordial a proteção da vida, da qualidade de vida e do meio ambiente. Por isso o Ibama destaca em parecer: “Não pode o Estado renunciar aos seus mecanismos de avaliação e controle prévio de substâncias nocivas ao meio ambiente contentando-se apenas como o ato homologatório de uma avaliação conduzida pelo particular, distante do interesse público”.

Pragas futuras

O pacote legaliza o “receituário de gaveta”. É como se o agrônomo tivesse uma bola de cristal onde enxergar uma praga que no futuro poderia vir a afetar a lavoura e prescreve agrotóxicos “de maneira preventiva”. Ou se o médico receitasse um medicamento, sem exames, para um paciente que não conhece e que ainda nem ficou doente. Com isso o agricultor fica livre para comprar agrotóxicos à vontade e contaminar o solo e a água por muito mais tempo.

Menos saúde, menos educação

O pacote trará ainda mais prejuízos aos cofres públicos. Historicamente subfinanciado, o SUS passará a ter gastos ainda maiores só com as doenças causadas pelo uso de agrotóxicos mais perigosos. A Previdência também terá mais gastos extras com aposentadorias por invalidez e, para compensar, o governo terá de tirar recursos de outras áreas, como educação e meio ambiente, por exemplo. Outra perversidade do pacote é que, ao mesmo tempo que impõe perdas ao país, à saúde e ao meio ambiente, vai ampliar os lucros das empresas que contam ainda com os incentivos fiscais do próprio governo. Há estimativas de que o país perca todo ano, por baixo, R\$ 1,3 bilhão. Só em São Paulo, em 2015, a renúncia fiscal foi de R\$ 1,2 bilhão. Ou seja, o setor recebe do estado para envenenar seu povo. Uma outra distorção do pacote, inconstitucional, é alterar o Pacto Federativo. Mesmo que estados, municípios e o Distrito Federal queiram fazer legislação própria para garantir proteção à sua população, não poderão.